

## SUMÁRIO

<b>I – Os JUIZADOS ESPECIAIS NO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DOS TRIBUNAIS:</b>	
<b>NECESSIDADE E ADEQUAÇÃO .....</b>	<b>1</b>
• JOSÉ ANSELMO DE OLIVEIRA	
1. INTRODUÇÃO .....	1
2. NATUREZA DOS JUIZADOS ESPECIAIS .....	2
3. PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DOS JUIZADOS ESPECIAIS .....	4
4. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO ESPECÍFICOS COMO GARANTIA DA EFICIÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS .....	6
5. CONCLUSÃO .....	8
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	9
<b>II – Os OPERADORES DO DIREITO MUDARAM DE MENTALIDADE? .....</b>	<b>11</b>
• CAETANO LAGRATA	
1. INTRODUÇÃO .....	11
2. PONTOS DE AVANÇO .....	12
3. PONTOS DE ESTRANGULAMENTO .....	13
4. GERENCIAMENTO DO PROCESSO .....	13
5. O FUTURO .....	14
6. CONCLUSÕES .....	15
<b>III – JUIZADO ESPECIAL CÍVEL: PROCEDIMENTO ORAL E SUMARÍSSIMO .....</b>	<b>17</b>
• MARIA DO CARMO HONÓRIO	
1. INTRODUÇÃO .....	17
2. SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS .....	18

2.1.	Definição.....	18
2.2.	Crêrrios Específicos .....	20
3.	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL .....	22
3.1.	Ato das Partes .....	23
3.2.	Formação do Processo .....	25
3.2.1.	Citação de pessoa física.....	25
3.2.2.	Citação de pessoa jurídica.....	26
3.3.	Audiência de Instrução e Julgamento .....	26
3.3.1.	Concentração dos atos .....	26
3.3.2.	Conciliação .....	27
3.3.3.	Prova .....	27
3.3.4.	Sentença .....	29
3.3.5.	Embargos de declaração .....	29
3.4.	Recurso .....	30
3.5.	Cumprimento de Sentença .....	32
3.5.1.	Obrigaçã de pagar quantia certa – Artigo 475-J CPC .....	34
4.	CONCLUSÃO .....	35
5.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	36

#### **IV – JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL: UMA VISÃO DA NOVA JUSTIÇA CRIMINAL .....**

• JOAQUIM DOMINGOS DE ALMEIDA NETO

1.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	57
----	----------------------------------	----

#### **V – JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA .....**

• RONALDO FRIGINI

1.	INTRODUÇÃO .....	59
2.	OS JUÍZADOS ESPECIAIS COMO SISTEMA PROCESSUAL .....	61
3.	O JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA .....	63
3.1.	AS Condições de Acesso – Valor da Causa e Litisconsórcio .....	67
3.2.	A Possibilidade Conciliatória .....	75
3.3.	A <i>Par Conditio</i> .....	77
3.4.	A Limitação da Competência .....	78
4.	CONCLUSÃO .....	79

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	80
<b>VI – PROCESSO ELETRÔNICO: O PAPEL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA .....</b>	<b>81</b>
• GUILHERME BALDAN	
1. INTRODUÇÃO .....	81
2. JURISDIÇÃO, AÇÃO E PROCESSO .....	82
2.1. Jurisdição .....	82
2.2. Ação .....	83
2.3. Processo .....	85
3. ACESSO À JUSTIÇA .....	86
4. ACESSO À JUSTIÇA POR MEIO DO PROCESSO EM VIA ELETRÔNICA .....	93
5. O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E O DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO ELETRÔNICO .....	94
5.1. PROJUDI .....	94
5.2. PJe .....	96
5.2.1. Aspectos gerais .....	97
5.2.2. Gerência do Projeto .....	99
5.2.3. Fluxos .....	99
5.2.4. Perfis de Usuários .....	100
5.2.5. Modelos de Documentos .....	101
5.2.6. Visualização do Processo .....	101
5.2.7. Tabelas Unificadas .....	101
5.2.8. Replicação Automática de Informações de Gestão .....	101
5.2.9. Segurança do Sistema: Registro de Alterações e Uso de Certificação Digital ICP-Brasil .....	102
6. PERSPECTIVAS .....	102
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	103
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	106

<b>VII – A OBRIGATORIEDADE DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS: UMA LIÇÃO PARA O PROCESSO COMUM .....</b>	<b>109</b>
---	------------

• ADA PELLEGRINI GRINOVER

1. A PESQUISA DA FDV JUNTO À 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE VITÓRIA .....	109
---	-----

2.	OS RESULTADOS DA PESQUISA .....	111
3.	A AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO NO PROJETO DE LEI Nº 166/2010 DO SENADO FEDERAL .....	112
4.	NECESSIDADE DA OBRIGATORIEDADE DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO NO NOVO CPC ....	112
5.	DIFERENÇA ENTRE OBRIGATORIEDADE DA AUDIÊNCIA E OBRIGATORIEDADE DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO .....	113
6.	A PROPOSTA DE NOVA REDAÇÃO DOS DISPOSITIVOS ATINENTES À CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO NO NOVO CPC .....	114

## **VIII – CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO COMO TÉCNICAS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS ..... 115**

• VALÉRIA FERIOLI LAGRASTA LUCHIARI

1.	MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO BRASIL .....	115
2.	CONFLITO, CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO .....	120
2.1.	O Conflito .....	120
2.2.	Métodos Autocompositivos e Heterocompositivos de Solução de Conflitos .....	122
2.3.	Conciliação .....	123
2.4.	Mediação .....	124
3.	O PROCEDIMENTO DA MEDIAÇÃO .....	125
3.1.	Pré-mediação .....	125
3.2.	As Etapas da Mediação .....	126
3.2.1.	Acolhida .....	126
3.2.2.	Declaração inicial das partes .....	127
3.2.3.	Planejamento .....	127
3.2.4.	Esclarecimentos dos interesses ocultos .....	128
3.2.5.	Negociação do acordo .....	129
4.	A CONCILIAÇÃO JUDICIAL .....	130
5.	OBJETIVOS DA LEI Nº 9.099/95 .....	132
6.	A RESOLUÇÃO Nº 125, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E OS JUIZADOS ESPECIAIS ..	136
7.	CONCLUSÃO .....	142
8.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	142

**IX – A IMPORTÂNCIA DA CONCILIAÇÃO PARAPROCESSUAL:****UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA E JURÍDICA . . . . . 145**

• JANICE UBIALI e ELIEDITE MATTOS ÁVILA

1.	INTRODUÇÃO . . . . .	145
2.	OS MODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS . . . . .	146
3.	AS PRÁTICAS DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO NO CANADÁ E NA FRANÇA . . . . .	148
3.1.	No Canadá . . . . .	148
3.2.	Na França . . . . .	149
3.3.	No Brasil . . . . .	151
4.	CONCLUSÃO . . . . .	156
5.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS . . . . .	156

**X – DA UNIFORMIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO DE LEI NO SISTEMA DOS JUIZADOS DOS****ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL (ART. 18 DA LEI Nº 12.153/2009) . . . . . 159**

• JOSÉ FERNANDO STEINBERG

1.	INTRODUÇÃO . . . . .	159
2.	DESENVOLVIMENTO . . . . .	161
2.1.	Filosofia da Lei nº 9.099/95 e o Acesso à Justiça . . . . .	161
2.2.	Sistema Recursal nos Juizados Especiais . . . . .	162
2.3.	Histórico das Divergências entre Turmas Recursais – O Caso das Operadoras de Telefonia . . . . .	164
3.	A SEGURANÇA JURÍDICA E A ISONOMIA PERANTE A JURISDIÇÃO . . . . .	165
3.1.	A Natureza Jurídica e o Procedimento da Uniformização Instituída pela Lei nº 12.153/2009 . . . . .	169
3.2.	Divergência entre Turmas Recursais do mesmo Estado da Federação . . . . .	171
3.3.	Divergência entre Turmas Recursais de Diferentes Estados da Federação e Contrárias a Súmulas do STJ . . . . .	172
3.4.	Divergências Simultâneas (Entre Turmas do Mesmo Estado, de Estados Diferentes e Conflito com Súmula do STJ) . . . . .	174
3.5.	A POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO DO <i>AMICUS CURIAE</i> E A PARTICIPAÇÃO DO MP . . . . .	175
3.6.	Vocação Expansiva da Decisão Do STJ – Criação de Novo Efeito Vinculante? . . . . .	176



3.7. Regulamentação junto aos Tribunais de Justiça – Recomendações do CNJ – Provimento CGN nº 7. ....	178
4. CRÍTICAS À SOLUÇÃO ADOTADA PELA LEI Nº 12.153/2009 – INCONSTITUCIONALIDADES. ....	180
4.1. Cotejo entre a busca pela Segurança Jurídica e a Razoável Duração do Processo. ....	183
5. CONCLUSÃO. ....	184
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS. ....	186